

Dossier CPLP - Entre expectativas e realidades

## **Mais mito que realidade**

Mário Pizarro

Saída de 27 longos anos de guerra civil, Angola parece não vislumbrar na CPLP o enquadramento necessário ao rumo que traçou - o do desenvolvimento económico e da competição pela influência política ao nível regional.

Após os ataques de 11 de Setembro, muitos se interrogaram se tal não marcaria o início de uma Nova Ordem Mundial. A resposta a tais interrogações parece começar a apresentar-se nas réplicas ao terramoto de 11 de Setembro, que continuam a fazer-se sentir. E a recente ocupação do Iraque, com tudo o que ela encerra, é um exemplo claro disso. As estruturas da ordem mundial – como a Organização das Nações Unidas – foram profundamente abaladas.

É hoje, neste contexto de profunda mudança, não só à escala global, mas à escala do continente e do país, que surge a pergunta: CPLP, que significado para Angola? Numa interessante crónica escrevia Lobo Antunes ... “nunca começo um livro antes de ter a certeza que não sou capaz de o escrever”.. E depois, perguntava: “como explicar isto aos paisanos?”

Como explicar aos “paisanos” de Angola o que é isto de Comunidade dos Países de Língua Portuguesa? Como explicar aos habitantes da destruída cidade do Kuito, aos camponeses do Moxico, aos pastores do Cunene, aos garimpeiros da Lunda-Norte, ou aos milhares de deslocados existentes no país, o que é a CPLP? Por certo eles sabem que existem outros países onde se fala o português. Mas terão a percepção do que é essa “Comunidade” alargada? Se as suas comunidades, até familiares, foram destruídas.

Angola não escapa à realidade de outros países africanos, onde a nação ainda não existe. No caso de Angola, o Estado, em sentido amplo, como o conjunto de estruturas económicas, sociais e políticas que asseguram a articulação entre o poder político e a sociedade, está marcado por profunda debilidade, e em muitos lugares do país a sua presença nem é sentida.

Vem a propósito citar José Magode e Ângela Khan: “... Em contraste com este perfil de formação nacional, no caso Africano, a definição de nacionalidades e de Estados nacionais antecedeu a existência da nação. Herdeiros de fronteiras políticas definidas pelos poderes coloniais europeus, que comportam em si diferentes espaços étnicos, nos actuais Estados unitários de África são ainda realidades presentes:

- A necessidade de formar-se, a partir da diversidade étnica, a cultura nacional;
- A exigência de aprofundar-se, por parte dos diferentes grupos sócio-culturais, o sentimento de pertença à comunidade nacional;
- A urgência de promoção do processo de integração económica e social inter-étnica, elemento necessário para a criação da identidade nacional.”

Em Angola a CPLP é uma realidade muito longínqua. Raramente, muito raramente se ouve falar; ocasionalmente aparece uma notícia de jornal, relegada para um canto das páginas interiores. Os seus objectivos são pouco conhecidos, as suas realizações pouco visíveis.

Assim, a CPLP, como comunidade de países, parece ser apenas, neste momento, e pelo menos para Angola, pouco mais do que um acordo, uma afirmação de vontade do Governo angolano. E mesmo essa afirmação de vontade, ainda que formalmente concretizada, não parece que tenha expressão em acções concretas demonstrativas do real interesse do Governo na promoção da Comunidade.

Na verdade, aqui, como em muitos outros aspectos, transparece um pouco do que chamarei o “complexo do ex-colonizado”. Não é que as pessoas não se sintam bem a falar o português ou a gostar de Portugal. A grande maioria dos angolanos que tem capacidade para viajar – e não estou a falar aqui dos luso-descendentes – fala português e visitou ou visita Portugal – e gosta disso. Mas uma coisa é esse sentimento individual, e outra é a sua expressão pública. Talvez seja por essa mesma razão que, não raras vezes, ouço a expressão “Palop” aplicada quase de uma forma pejorativa.

Há pois ainda um passo a dar, um importante passo, entre tornar-se membro de uma comunidade de países que falam português, tal como se assina um acordo ou uma qualquer convenção internacional, com vago e longínquo interesse para o país, e o reconhecimento das identidades que resultam de se falar a mesma língua, das sinergias que podem resultar, por exemplo, de países como o Brasil e Portugal. Países cuja história

recente foi marcada por importantes transformações políticas e económicas, que situam um como motor da economia sul-americana e importante player à escala mundial, e outro como um importante membro da União Europeia e da zona euro.

Em Angola, não é de esperar que esta situação se altere no próximo futuro. Em adição ao que referi no início deste trabalho, devemos ter em conta que grande parte da intelectualidade angolana – a que mais facilmente reconhecerá o interesse da Comunidade e daí poder contribuir para o seu desenvolvimento – há muito que se encontra arredada dos assuntos do Estado, e mesmo dos palcos da política. De facto, no complexo processo político angolano, foi completamente quebrado o equilíbrio entre a sociedade civil, o sector privado, os sindicatos e o Estado. Desse desequilíbrio resultou um Estado autoritário e sobredimensionado, a inexistência de uma oposição forte, uma sociedade civil quase sem voz. Esta situação agudizou-se com os anos de guerra civil, e só a partir da realização das primeiras eleições, em 1992, se começou a assistir a uma maior liberalização, ao ressurgimento gradual do sector privado, à diversidade sindical, ao aparecimento de organizações não governamentais.

Mas tal desequilíbrio está ainda longe de ser ultrapassado. O sector privado não constitui ainda massa crítica suficiente para influenciar as decisões do Governo, nem sequer é tomado como interlocutor em discussões de concertação social. A oposição política ganha outra dinâmica numa situação de paz, mas continua ainda bastante débil. A criação de organizações não governamentais transformou-se num rendoso negócio, e vem tirando credibilidade ao papel que este tipo de instituições pode desempenhar. Os intelectuais, que já se demarcavam numa situação de um Estado autoritário, demarcam-se hoje ainda mais face a práticas de governação pouco recomendáveis.

A realização de eleições – com o consequente reforço da oposição e do debate político – e a crescente concorrência entre operadores privados – onde a classe política dominante está representada – podem constituir factores catalisadores de uma maior transparência e melhor governação, e de um papel mais activo da sociedade civil.

Independentemente da discussão dos princípios em que assenta a Comunidade e a sua estrutura, caberia sempre a cada Estado, e neste caso ao Estado angolano, o papel fundamental de conceber e implementar políticas para a sua promoção. Mas esta é, precisamente uma das grandes debilidades que evidencia o actual quadro: a dificuldade em conceber e implementar políticas de longo prazo. Se existem, são pouco conhecidos

trabalhos que evidenciem o planeamento estratégico de longo prazo. Se as dificuldades de concepção podem ser complementadas com subsídios externos, já a sua implementação coerente depende sobretudo da organização e funcionamento do Estado.

A liberdade política e económica, e a igualdade de oportunidades, a independência dos tribunais – bases de um desenvolvimento sustentado –, só podem ser garantidas se as diversas instituições do Estado funcionarem adequadamente. Da mesma forma, quaisquer que sejam as políticas definidas pelo Governo, a sua implementação coerente depende grandemente da forma como funciona o aparelho do Estado. Em boa verdade, considero que os resultados da ajuda de países doadores e organizações internacionais, seriam muito mais palpáveis se se tivesse mais em conta a real capacidade dos países para implementar tais políticas e programas.

Em conclusão: existem oito Estados soberanos onde se fala o português; mais nuns do que noutros. Foi criada uma organização designada Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Mas esta comunidade não tem ainda qualquer expressão na realidade quotidiana dos diversos países, e em particular de Angola. É ainda um mito.

Do mito à realidade, no caso de Angola, vai a distância que marca a necessidade de consolidação do Estado e de criação de uma verdadeira identidade nacional.